



A condicionalidade como zona conceitual

Conditionality as a conceptual domain

Taísa Peres de OLIVEIRA
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS)

Flávia Bezerra de Menezes HIRATA-VALE
(Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

RESUMO

Neste trabalho avaliam-se diferentes padrões de construções condicionais no português a partir dos parâmetros de condicionalidade. O objetivo principal é mostrar como a categoria está internamente organizada não apenas em termos de um núcleo prototípico, mas mostrando como os exemplares mais periféricos se relacionam a ele. As bases teóricas deste trabalho assentam-se sobre concepções funcional-cognitivistas, nos termos de Bybee (2010) e Dancygier (1998), especialmente considerando a relativa instabilidade da gramática e a fluidez da categoria. As reflexões principais apontam a condicionalidade como uma categoria bastante complexa que serve de/como abrigo de múltiplas construções.

Palavras-chave: *funcionalismo; parâmetros de condicionalidade; construção condicional; categorização.*

ABSTRACT

This paper offers a wide-range discussion about conditional construction in Portuguese. Based on the parameters of the conditionality basic meaning, the discussion shows how this category is organized not only in terms of its prototypical nucleus but also how it relates to non-prototypical members. The assumptions made here are based on functionalist and cognitivist principles following Bybee (2010) and Dancygier (1998). The analysis suggests that conditionality may be conceived as a complex category that covers for very different patterns of constructions.

Key-words: *functionalism; parameters of conditionality; conditional construction; categorization.*

1. Considerações iniciais

A proposição deste estudo integra uma série de trabalhos que têm como fundamento principal o entendimento da condicionalidade como uma categoria conceitual, seguindo especialmente Dancygier (1998). Sabe-se que orações condicionais podem variar enormemente quanto ao componente formal: o tipo de conjunção que marca a relação, a ausência de conjunção condicional e o processo morfossintático que codifica o enunciado hipotético são alguns dos aspectos que tornam a categoria extremamente vasta e difusa (Hirata, 1999; Neves, 1999; Ferrari, 1999, 2000, 2001; Hirata-Vale, 2005; Oliveira, 2008). Partindo desse referencial, o objetivo principal aqui é analisar o variado e complexo significado condicional e as diferentes formas a partir das quais ele pode emergir no português. Como especificação desse objetivo, pretende-se analisar a expressão do esquema condicional em português considerando o modo como sua estrutura formal e seus aspectos semântico-pragmáticos se correlacionam para compor seu significado.

As bases deste trabalho estão assentadas em pressupostos funcional-cognitivistas, como se vê em Dancygier (1998), Dancygier e Sweetser (2005) e Bybee (2010). Parte-se da premissa de que o sistema linguístico constitui uma rede de construções, em que significado e estrutura não existem separadamente. A partir daí, considera-se o

significado condicional como resultado de um processo de convencionalização da relação entre aspectos da estrutura linguística e traços de sua interpretação semântico-pragmática.

Acredita-se, assim, abrir caminho para um tratamento funcional e cognitivamente motivado do complexo condicional. Concebe-se a condicionalidade como uma categoria multifacetada, formada por exemplares mais próximos ao núcleo prototípico, portanto mais representativos, e outros mais distantes.

Para cumprir esta análise, este artigo está organizado da seguinte forma: discutem-se, principalmente, os modos de expressão da condicionalidade em português e as bases teóricas para o entendimento da condicionalidade como uma categoria conceitual. Em seguida, parte-se para a análise da categoria no português. Enfim, as considerações finais trazem os princípios mais gerais de organização da categoria a que se chegam.

2. O funcionalismo

As análises deste trabalho vinculam-se a pressupostos funcionalistas articulados a princípios cognitivistas nos termos de Bybee (2010), Traugott (2002), Dancygier (1998) e Sweetser (1990). Como fundamento principal entende-se que a gramática é emergente da padronização de usos e, assim, apresenta um estrutura flexível e multifacetada. Por outro lado, assume-se que a gramática é também organizada a partir de princípios cognitivos gerais como “(...) categorização, automatização, habituação, descontextualização, categorização, inferenciação pragmática (...)” (Cunha et al, 2013: 16).

O que fica evidente neste modelo de gramática é a concepção de que as estruturas linguísticas refletem outras capacidades cognitivas. Para autores como Tomasello (2009) e Bybee (2013), assim como categorizamos objetos do mundo externo a partir de nossas experiências, as construções linguísticas também devem ser concebidas como esquemas cognitivos, aprendidos e armazenados a partir da experiência comunicativa. Assim, postula-se como princípio geral uma relação de determinação entre discurso e gramática, uma vez que “(...) o discurso

conforma a gramática, mas principalmente porque ele não é encontrável despido da gramática” (Neves, 2012).

Neste modelo, procura-se evitar a ideia de toda uma gramática formal, desprovida de significado. Ao contrário, foca-se no modo como construções gramaticais emergem de usos individuais da língua. Assim, o estudo das línguas não deve partir de molduras prontas, mas deve ter como fundamento principal explicar os processos gerais que subjazem à emergência da estrutura e significado a partir dos usos linguísticos (TOMASELLO, 2009).

A partir daí, entende-se que estrutura e significado são armazenados como parte de uma rede de construções, concebidas como resultado de generalizações e convencionalizações do uso linguístico. Nesta abordagem, as categorias, que forma a base da gramática, são resultantes da relação de similaridade entre palavras ou sintagmas e suas partes componenciais que, então, são reconhecidas e mapeadas com representações armazenadas.

A língua é concebida como um sistema adaptativo complexo, uma vez que emerge da aplicação contínua de processos cognitivos de domínios gerais. Como afirmam Cunha et al (2013: 20),

“Língua é concebida como um sistema adaptativo complexo, uma estrutura fluida, constituída, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e de outros que estão em permanente emergência, mercê de necessidades cognitivas e/ou intercomunicativa.”

Por este caminho ficam assentados princípios como o caráter emergente da gramática, adaptável às pressões advindas do uso linguístico. O objeto de estudo deve ser, portanto, o uso linguístico, considerado como o complexo instanciador e motivador dos padrões funcionais que ativam e modificam as bases das estruturas gramaticais. Desse modo, a tarefa principal do linguista é

“identificar e avaliar fatores de natureza cognitiva e pragmático-discursiva que regulam as tendências de manifestação do fenômeno investigado, atentos para as restrições de natureza formal que estimulam ou bloqueiam tendências de regularização desse fenômeno.” (Cunha et al, 2013: 21)

Desse modo, o objeto de descrição são esquemas gramaticais resultantes da convencionalização da relação entre estrutura linguística e sua interpretação semântico-pragmática, também chamados construções gramaticais. É partindo desses princípios que se pretende analisar a condicionalidade, concebida neste trabalho como uma categoria que abriga construções de natureza bastante distintas.

3. As orações condicionais no português

A construção condicional caracteriza-se, essencialmente, por apoiar-se sobre uma base causal hipotética. A partir daí, as definições que se encontram na literatura consensualmente conceituam a condicional como um enunciado em que dois segmentos se associam numa relação de causalidade não preenchida, como ilustram os casos abaixo:

- (1) Se eu faço isso estou faltando minha promessa. (Neves, 2000: 830)
- (2) Naturalmente esta lista poderia ser aumentada consideravelmente se quiséssemos. (Neves, 2000: 830)

Nota-se, aí, o anúncio de uma causa hipotética, veiculada na oração introduzida por *se*, eventualmente denominada prótase, que serve como contingente para a validação da consequência enunciada na oração principal, também chamada apódose. A leitura que emerge dessa relação é comumente descrita nos seguintes termos: “considerada a realidade descrita no enunciado condicionante, segue a realidade descrita no enunciado principal”. A partir dessa definição, Neves (2000: 829) caracteriza a oração condicional como enunciados que assumem a seguinte forma:

SE	ORAÇÃO CONDICIONAL	ORAÇÃO PRINCIPAL
----	--------------------	------------------

ou

ORAÇÃO CONDICIONAL	SE	ORAÇÃO PRINCIPAL
--------------------	----	------------------

No entanto, o esquema ilustra a estrutura condicional prototípica, instaurada pela conjunção *se*, e não pode dar conta de toda a variada rede de construções que servem ao propósito de estabelecer uma relação con-

dicional. Isso porque a verificação dos usos facilmente revela que a condicionalidade pode ser construída por diversas outras molduras sintáticas.

Primeiramente, é extremamente variado o conjunto de conectores usados para marcar a relação condicional, como apontam as análises realizadas em Neves (2000), Oliveira (2008, 2009, 2012), Hirata-Vale (2012), Cavaguti e Hirata-Vale (2014a, 2014b) e Camargo e Hirata-Vale (2015). Para uma amostra, tomem-se os seguintes exemplos:

- (3) Nunca se interessara pela opinião dos outros *a não ser que* fosse a mesma que a sua (Oliveira, 2008: 80)
- (4) *Contanto que* não prejudicasse os colegas, a estes pouco se lhes dava o que Aparício fizesse. (Oliveira, 2008: 80)
- (5) *Desde que* a informação seja fornecida, permanece lá para toda a vida (Oliveira, 2008: 82)

Além desses, os autores apontam, ainda, o uso de conectores como *no caso (em) que, somente se, salvo se, exceto se, a menos que, sem que, uma vez que, supondo que, desde que, dado que, na condição de que, na eventualidade de que*. Essa lista, entretanto, não pode ser facilmente fechada. Em Oliveira (2014) discute-se a produtividade de outras formações conjuntivas que, em situações específicas, podem funcionar como introdutores de enunciados hipotéticos. Neste direcionamento, a análise realizada em Oliveira (2008, 2012) revela como os conectores condicionais variam quanto ao estatuto lexical, padrão de rotinização e convencionalização. Isso porque demonstram diferentes graus de gramaticalização, constroem diferentes significações e são utilizados em diferentes contextos.

Assim, como se requer a qualquer reflexão de base funcionalista, Oliveira (2008) demonstra que os diferentes conectores condicionais não podem ser tratados em termos de equivalência semântico-pragmática, muito menos em termos de uma mesma determinação categorial. Ao contrário, as verificações mostram que os traços remanescentes do significado lexical fonte dos conectores são, segundo a autora, responsáveis pelo tipo de relação instaurada, agregando diferentes valores ao esquema básico manifestado pela condicional prototípica.

Do mesmo modo, Oliveira (2014) afirma que os diferentes conectores apresentam-se em diferentes estágios de gramaticalização.

Seguindo o princípio funcionalista básico de que a mudança gramatical se dá de forma gradual, a autora afirma que a classe dos conectores condicionais conforma elementos mais básicos, de natureza altamente abstrata, como a conjunção *se*, e elementos que carregam certo grau de significado lexical, *caso* e *dado que*. Desse modo, revela-se uma classe extremamente complexa, internamente organizada em torno de um contínuo de lexicalidade/gramaticalidade. Algumas formações demonstram um processo de gramaticalização já avançado, que em outras é ainda bem incipiente. Oliveira (2012, 2014) afirma ainda que, no percurso normal de organização da categoria, alguns conectores vão sendo substituídos por outros sem nunca se gramaticalizarem de fato. Ao passo que em outros casos o significado aparece já bem convencionalizado e, à medida que vai tornando cada vez mais produtivo, o conector vai apresentando alto grau de gramaticalização.

Por outro lado, há que se ressaltar, também, que o esquema condicional pode mesclar-se a outros esquemas conceituais, como demonstram Decat (1999), Neves (2000, 2012) e Hirata-Vale (2005). Assim, é fácil encontrar exemplos em que o esquema condicional aparece como parte do significado de uma outra moldura sintática, em especial das orações temporais, aditivas e alternativas, tal como mostram os exemplos:

- (6) Não devemos, contudo, ter receio de inovar *quando os nossos interesses e valores assim indicarem*. (Hirata-Vale, 2005: 123)
- (7) Fica nas minhas redondezas *e* você vai ver. (Hirata-Vale, 2005: 90)
- (8) Ou FHC aprova as duas ou vai dar a maior demonstração de fraqueza de seu mandato. (Hirata-Vale, 2005: 89)

Hirata-Vale (2005) afirma que a interpretação condicional dessas construções é resultado de dois processos inferenciais: a implicatura da incerteza e a implicatura da perfeição condicional. Desse modo, a autora afirma que a incerteza é implicada conversacionalmente, não só em condicionais canônicas, mas também nesses tipos de construção. Além disso, essas construções implicam, ainda, a perfeição condicional¹, que também funciona como processo que valida a leitura condicional

1. A noção de perfeição condicional, também conhecido como valor bicondicional está associada a leituras que implicam uma condição como necessária e suficiente para a validação da consequência. Nesses casos há a leitura de *se e somente se*. (Geis e Zwicky, 1971)

em construções paratáticas, especialmente nas disjuntivas exclusivas (marcadas pelo conector *ou*).

O que de mais importante se aproveita desse estudo é o entendimento de que essas construções passam por um processo de subjetivização quando usadas para expressar o valor condicional. Seus significados estão altamente assentados sobre a atitude do falante e indicam uma situação cognitiva percebida, hipotetizada pelo esquema condicional que nelas emerge.

Para resumir, então, as informações recolhidas aqui, há que se ter em mente:

- 1) a condicionalidade manifestada em construções marcadas pela conjunção *se*, considerada a conjunção condicional por excelência no português, herdada do latim;
- 2) a condicionalidade manifestada por conectores como *caso*, *desde que*, *dado que* e *uma vez que*, plenamente produtivos, aplicáveis a uma certa variabilidade de contextos e que demonstram certo grau de gramaticalização;
- 3) a condicionalidade manifestada por conectores condicionais complexos (ccc) diversos, que demonstram diferentes graus de gramaticalização e que se aplicam a contextos mais específicos de uso;
- 4) a condicionalidade manifestada pela mescla com esquemas de outros significados e processos de junção, como se vê no caso das paratáticas aditivas e alternativas e nas temporais.

Facilmente se comprova que a condicionalidade serve de abrigo a uma complexidade de estruturas e significações que vão muito além do esquema introduzido pela conjunção *se*. Desse modo, qualquer consideração sobre a condicionalidade como categoria, em especial num percurso funcionalista como é o que se faz aqui, deve levar em conta a existência dos diferentes expedientes para a expressão do valor condicional.

Em especial, há que se considerar o princípio da indeterminação categorial, própria da instabilidade da gramática. Assim, qualquer incur-

são que se faz tem de se completar pela explicação de como a categoria conforma não apenas seus exemplares mais prototípicos, mas também aqueles em que os traços da categoria encontram-se mais diluídos. A maioria dos tratados sobre condicionalidade, em especial aqueles que se dedicam a estudar os traços básicos da condicionalidade, debruçam-se sobre o tratamento da estrutura sintática mais ampla, representada pelo esquema *se p (então) q*, o que, acredita-se, não permite que se analise o modo como outros esquemas afetam a organização da categoria como um todo, muito menos revela sobre como seus diferentes exemplares relacionam-se ao núcleo prototípico.

Uma sistematização eficiente somente é possível se considerada, então, uma maior diversidade de significação e estruturas, como é a que se pretende levar a cabo neste trabalho. Partindo de um conjunto de parâmetros básicos da condicionalidade, pretende-se verificar a similaridade/identidade entre os diferentes elementos que pertencem à categoria. Neste direcionamento, a compreensão da condicionalidade deve passar pelo entendimento de como as diferentes molduras sintáticas se relacionam em termos de aspectos formais e semântico-pragmáticos.

4. A condicionalidade como categoria conceitual

Para o tratamento funcionalista que se pretende dar às condicionais neste trabalho, parte-se da premissa principal de que a gramática tem de ser vista como uma estrutura relativamente flexível e instável, organizada a partir de padrões sociais de convencionalização e de princípios cognitivos gerais, destacando-se a relevância do papel da cognição e das experiências corporificadas.

Ainda no abrigo das indicações funcional-cognitivistas, a categorização tem de se resolver como um processo de generalizações de exemplares, identificados em termos de pareamento e semelhança a protótipos e em termos de extensões convencionalizadas. A partir daí é possível reconhecer a gradualidade como traço inerente da gramática, que possibilita a coexistência de membros com diferentes graus de determinação categorial.

Neste direcionamento, entende-se que a estrutura e o significado condicional são armazenados como parte de uma rede de construções (Bybee, 2010). As condicionais são concebidas como resultado da convencionalização da relação entre estrutura linguística e sua interpretação semântico-pragmática. É possível explicar, assim, quais traços da estrutura da condicional são relevantes para aspectos de sua interpretação.

Essas propriedades são concebidas como parâmetros da condicionalidade. São eles:

1) Causalidade: a relação de causalidade está na base do significado condicional, que se forma a partir da sequencialidade estabelecida entre eventos, proposições e atos de fala. Dancygier (1998) afirma que o ponto principal de uma construção condicional é comunicar a relação de causalidade não preenchida entre as proposições p e q que, em última instância, pode ser interpretada em quatro domínios cognitivos: o de conteúdo, o epistêmico, o dos atos de fala e o metatextual;

2) Não assertividade da construção: uma das características básicas da condicional é apresentar um evento em que as condições de felicidade não estão plenamente preenchidas. A estrutura condicional, conforme Dancygier (1998), não representa uma realidade nem faz uma declaração sobre um estado-de-coisas. Ao contrário, a condicional anuncia uma premissa que pode ser afirmada dentro de determinadas condições, mas que não pode ser afirmada neste enunciado particularmente. Assim, enuncia-se um evento não realizado, uma proposição não verdadeira ou um ato de fala não assertivo. Dancygier afirma que, ao construir seu enunciado na forma de uma condicional, “(...) o falante não tem embasamento suficiente para enunciar p como uma declaração factual e pode, de fato, não acreditar na verdade de p ” (1998: 19).

3) Predição (futuro potencial): está estreitamente ligada à capacidade que a condicional tem de projetar uma hipótese, de se referir a uma situação futura, que é concluída a partir de determinada situação também não realizada e diferente do contexto de enunciação. No geral,

2. (...) the speaker does not have enough grounds for asserting p as a factual statement and may in fact not believe p to be true”.

a predição é marcada pelos tempos e modos verbais que figuram na construção condicional.

4) Distância epistêmica: diz respeito ao posicionamento do falante com relação ao enunciado. Sabe-se que o enunciado condicional se baseia em uma hipótese, construída pelo falante, que pode ser marcada por diferentes graus de hipoteticidade conforme o falante concebe seu enunciado. Assim, o falante pode enunciar um evento futuro (potencial), como também pode enunciar um evento não real (contrafactual). A distância epistêmica também se marca pela seleção de formas verbais.

5) Espaços mentais: os conectores condicionais são concebidos como construtores de espaços mentais hipotéticos. Tal fato está ligado a capacidade que tem o conector condicional de construir espaços alternativos no discurso, em que uma proposição tem sua validade assegurada ou é asseverada. Considerando a estrutura básica da condicional – **se p, (então) q** – pode-se afirmar que *p* é o espaço fundação, a partir do qual apresenta-se *q* como o espaço expansão que contém os termos da validação temporária de *q*.

Como consequência dessa proposta, assume-se que as construções condicionais têm seu significado interpretado a partir da interação de tais parâmetros. Por aí se chega ao estabelecimento de uma zona de condicionalidade, concebida como um rede conceitual que abriga a correlação de aspectos formais e semântico-pragmáticos presentes nas construções condicionais, possibilitando, assim, a coexistência de elementos de natureza formal e de significações distintas. Na sequência, entende-se que quanto mais convencional for o significado de uma construção, mais próximo da zona da condicionalidade ela estará. Por outro lado, quanto mais o significado depender de aspectos contextuais, mais periférica e distante do núcleo prototípico será a construção. É com base nestes parâmetros e no modo como interagem e se manifestam que se pretende analisar as orações de valor condicional no português.

5. A expressão da condicionalidade no português

A condicionalidade em português é considerada, aqui, a partir de suas múltiplas possibilidades com o fim de se explicar o modo como

traços básicos do significado condicional são mapeados através de aspectos componenciais de sua estrutura. Em outras palavras, analisam-se as condicionais realizadas a partir de diferentes molduras sintáticas tendo como critério os parâmetros de condicionalidade, elencados na seção anterior. Na sequência, é possível explicar como a categoria está internamente organizada em termos de correlações conceituais e estruturais.

Para o tratamento do significado condicional que se propõe aqui, consideram-se as seguintes molduras sintáticas:

Quadro 1 – Molduras sintáticas das orações condicionais

<i>se p q</i>
<i>caso p q</i>
<i>ccc p q</i>
<i>ou p ou q</i>
<i>p e q</i>
<i>quando p q</i>

Para as análises, parte-se de dados secundários, obtidos a partir de três fontes principais: Neves (2000) – para o tratamento de estruturas iniciadas por *se* e *caso*; Oliveira (2008) – para o tratamento do significado condicional em estruturas iniciadas por conectores condicionais complexos e Hirata-Vale (2005) – para o tratamento do significado condicional em estruturas marcadas por conectores de outros esquemas conceituais (temporais, aditivas e alternativas). Todos os trabalhos primam pelo tratamento funcionalista e tomam como ponto de partida a descrição do uso linguístico, entendido como o complexo motivador das bases gramaticais.

Cabe esclarecer, ainda, que este trabalho não pretende fazer um levantamento exaustivo de todos os expedientes que expressam a condicionalidade. O objetivo é sistematizar a forma como a categoria está internamente organizada, tendo como base não somente os membros mais prototípicos, mas também aqueles que parecem estar mais distante desse núcleo.

Tome-se, como ponto de partida para a análise, o parâmetro **causalidade** que está na base do significado condicional, e, em última instância, se manifesta em nuances semântico-pragmáticas diversas, assumindo diferentes formas. Neste direcionamento, entende-se que há uma zona causal base da qual os significados vão se distanciando à medida que se tornam mais (inter)subjetivos. São distinguidas, assim, as condicionais (i) de conteúdo, (ii) as epistêmicas; (iii) as dos atos de fala e (iv) as metatextuais.

As condicionais de conteúdo são o tipo mais básico de condicional. Nelas estão presentes traços da causalidade que se marcam especialmente pelo modo como os eventos estão dispostos, implicando uma determinada sequencialidade. A leitura que emerge nesses construções é a seguinte: considerada a realidade do evento condicionante, segue a realidade do evento principal.

Esse tipo de condicional é menos subjetivo, uma vez que o falante descreve um evento ou sucessão de eventos observado(s) numa situação externa. Em outras palavras, condicionais desse domínio tem seu significado assentado sobre uma situação concreta percebida. Seu significado está mais próximo da zona da causalidade.

Nas condicionais epistêmicas o significado tende a se tornar mais embasado nas crenças e atitudes do falante com relação a seu enunciado. A relação que se estabelece aí é de inferência epistêmica, ou seja, o conhecimento que se tem acerca de um fato leva o falante a concluir outro fato.

Esse significado está fundamentado na avaliação que o falante faz de uma situação interna ou cognitiva e, por isso, é mais subjetivo. É resultado de uma suposição ou conjectura do falante, que hipotetiza acerca da relação entre os dois fatos descritos na oração condicional e na oração núcleo. A leitura que se tem aí é a seguinte: considerada a verdade do fato condicionante, eu concluo o fato principal.

As condicionais de atos de fala constroem uma moldura para a relevância de um ato de fala. O significado veiculado nesse tipo de condicional está assentado sobre as atitudes do falante com relação ao evento de fala e ao ouvinte. Como resultado, nesse tipo de condicional a noção de causalidade encontra-se já bastante diluída e o grau de intersubjetividade é ainda maior.

Nesse tipo de condicional, o falante demonstra ater-se a todas as normas pragmáticas e convenções sociais, ao evitar enunciar um ato que, por alguma razão, possa ser questionado no contexto da fala. A leitura que emerge aí é a que segue: considerada a situação condicionante, enuncia-se esse ato.

Nas condicionais metatextuais, o falante também constrói um contexto alternativo em que um ato de fala é pragmaticamente relevante. No entanto, ao fazê-lo, o falante faz uma referência explícita a algum elemento da situação de interação, ou seja, por meio dessa condicional o falante faz uma referência ao próprio domínio textual.

O significado desse tipo de condicional está baseado na situação textual e metalinguística e, à medida que se torna altamente embasado na avaliação do falante em relação à interação, o significado condicional se torna cada vez mais intersubjetivo. A leitura que se faz nesse tipo de condicional é: considerado determinado elemento do discurso, enuncia-se esse ato.

No recolhimento que se fez das análises de estruturas condicionais para o português, facilmente se verifica como as construções se diferenciam no que diz respeito ao modo como expressam o esquema de causalidade. Condicionais que se realizam pelas molduras *se p q* e *caso p q* parecem poder atuar em qualquer um dos domínios cognitivos, como mostram os exemplos extraídos de Neves (2000):

- (9) *Se sair a homologação do ultraleve para serviços na agricultura, a demanda mensal vai chegar a quatro mil aeronaves por ano, prevê Gatão.* (Neves, 2000: 854)
- (10) *Se não tivesse ido buscar o advogado, não teria caído com a cara na pedra.* (Neves, 2000: 851)
- (11) *Caso a senhora não preste contas, levaremos o problema ao novo presidente do Estado.* (Neves, 2000: 830)
- (12) *Se ele fez tudo isso vai passar o resto do da vida na prisão.* (Neves, 2000: 830)

Os casos ilustram, respectivamente, uma condicional de conteúdo, uma condicional epistêmica, uma condicional de atos de fala e uma

condicional metatextual. A prototípiada construção *se p q* revela-se pelo modo como seu significado se expande, projetando-se para os outros domínios, o que, evidentemente, não é nenhum dado novo, uma vez que se trata do expediente mais básico para a manifestação da condicionalidade. Por outro lado, a produtividade de *caso p q* revela que esse esquema tem se gramaticalizado cada vez mais, tornando seu significado cada vez menos dependente de contexto e, portanto, mais convencionalizado e mais amplo.

No meio do caminho estão as condicionais do esquema *ccc p q*. Essas construções, conforme Oliveira (2008), atuam apenas nos domínios de conteúdo e epistêmico, como mostram, respectivamente, os exemplos:

- (13) as duas camadas externas neuronais da retina geralmente permanecem sem lesões, *exceto se oclusões vasculares estão superajuntadas* (Oliveira, 2008: 85)
- (14) há um foco inflacionário oculto, que poderá mostrar-se a qualquer momento, *desde que se permita que os sinais apareçam*. (Oliveira, 2008: 84)

Como possuem conectores ainda pouco gramaticalizados e com significado lexical bastante específico, essas construções estão ainda muito presas ao contexto e, portanto, não podem ainda expressar significados mais abstratos, como os valores intersubjetivos pertencentes aos domínios dos atos de fala e metatextual.

Por outro lado, nos esquemas sintáticos marcados pelas molduras paratáticas *ou p ou q* e *p e q*, as construções condicionais pertencem exclusivamente ao domínio dos atos de fala. Essas condicionais caracterizam-se, especialmente, por veicularem atos diretivos, nos quais sugere-se/impõe-se uma ação ao ouvinte. São por isso chamadas condicionais imperativas. Como tal, só podem mesmo ter seu significado próximo ao domínio dos atos de fala. É o que se nota nos exemplos:

- (15) Ou me aparece com resultados concretos ou eu lhe mando embora de Resplendor. (Hirata-Vale, 2005: 84)
- (16) Fica nas minhas redondezas e você vai ver. (Hirata-Vale, 2005: 101)

As condicionais do esquema *quando p q*, por sua vez, parecem pertencer exclusivamente ao domínio epistêmico. Uma vez que a moldura temporal representa uma especificação semântica pertencente ao domínio do evento, para construção do significado condicional é necessário que essa especificação seja projetada para o domínio epistêmico, mais subjetivo. É o que mostra o exemplo:

- (17) Não devemos, contudo, ter receio de inovar **quando** os nossos interesses e valores assim indicarem (Hirata-Vale, 2005: 123)

Resumindo as informações recolhidas tem-se o seguinte quadro:

Quadro 2 – Causalidade nas condicionais

condicionais de conteúdo >	condicionais epistêmicas >	condicionais de atos de fala >	condicionais metatextuais
<i>se p q</i> <i>caso p q</i> <i>ccc p q</i> <i>quando p q</i>	<i>se p q</i> <i>caso p q</i> <i>ccc p q</i>	<i>se p q</i> <i>caso p q</i> <i>ou p ou q</i> <i>p e q</i>	<i>se p q</i> <i>caso p q</i>

A **não assertividade da construção** está ligada principalmente ao potencial de significado lexical do conector condicional. Segundo Dancygier (1998), o conector desempenha um papel relevante na construção do significado condicional, ao evocar um conteúdo como não-assertivo, “(...) o falante não tem embasamento suficiente para enunciar *p* como uma declaração factual e pode, de fato, não acreditar na verdade de *p*” (1998, p. 19). Além do *se*, compartilham esse mesmo potencial lexical os conectores que têm o *se* como parte de sua formação e o conector *supondo que*. São, portanto, indicadores de não-assertividade os conectores *se*, *só se*, *somente se*, *salvo se*, *exceto se* e *supondo que*, como mostram os seguintes exemplos:

- (18) motivo para acordar mais cedo só se for o *horário de verão* que dizem vir por aí. (Oliveira, 2008: 81)
- (19) todo corpo se conserva em seu estado de repouso ou de movimento uniforme retilíneo, salvo se *for compelido* a alterar esse estado pela ação de forças externas que lhe sejam aplicadas. (Oliveira, 2008: 86)

3. (...) the speaker does not have enough grounds for asserting *p* as a factual statement and may in fact not believe *p* to be true”.

- (20) *Supondo que se clone alguém falecido, o cônjuge em situação de viuvez deixaria de ser viúvo?* (Hirata-Vale, 2012: 390)

Notem-se, nesses casos, como o próprio conector especifica, lexicalmente, o enunciado como não-afirmável, anunciando-o como uma possibilidade, mas não como uma verdade. Evidentemente não apenas os conectores condicionais podem atuar como marcas de não-assertividade. No entanto, no caso de construções condicionais o que se nota é que o significado desses conectores condicionais, sozinho, já é capaz de construir a moldura hipotética característica desse tipo de construção. À medida que se correlacionam a outros componentes da construção fazem surgir as diferentes nuances do significado condicional.

A **predição** se marca especialmente pelas formas verbais contidas na construção condicional e revela a natureza específica da não-assertividade expressa pelo enunciado condicional. No geral, a predição manifesta-se pela capacidade que a condicional tem de projetar uma hipótese, referindo-se a uma situação futura, que é concluída a partir de determinada situação também não realizada e diferente do momento de enunciação. Esse é um traço que se manifesta apenas em condicionais com referência temporal de futuro. Na verificação que se faz aqui, nota-se que a predição é parte do significado condicional independentemente da moldura sintática, ou seja, a predição manifesta-se em todos os esquemas analisados. É o que se nota nas construções abaixo, marcadas por combinações formadas a partir do futuro/presente do subjuntivo com o presente/futuro do indicativo, como nos casos abaixo:

- (21) Se todos os viajantes **pensarem** como ele, **aceitarão** uma visita. (Neves, 2000: 854)
- (22) A atual lei alemã, a menos que **seja reformada**, **permitirá** que os criminosos nazistas ainda não identificados fiquem livres de qualquer acusação a partir de 31 de dezembro deste ano (Oliveira, 2008: 96)
- (23) Ou me **aparece** com resultados concretos ou eu lhe **mando** embora de Resplendor (Hirata-Vale, 2005: 86)
- (24) quando **puderem** pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados **vão estar** para o exercício da cidadania (Hirata-Vale, 2005: 124)

A predição é um traço presente também nas construções formadas com tempos verbais no passado. Nesses casos acontece o que a literatura denomina recuo temporal, quando um tempo verbal constrói uma referência temporal diferente daquela indicada pela especificação semântica das formas verbais, como se observam nas construções abaixo, formadas a partir da combinação do imperfeito do subjuntivo com o futuro do indicativo. Nelas, a referência temporal é anterior o tempo de fato indicado pelo verbo:

- (25) Na há dúvida de que se **tivéssemos nascido** em outros países ou noutros tempos **seríamos** muito diferentes. (Neves, 2000: 851)
- (26) jamais **poderia** fazê-lo sem sair do quarto - tal a localização deste - salvo se **gritasse** (Oliveira, 2008: 99)

Construções preditivas se opõem a construções não preditivas, nas quais não há indicação de uma situação futura. Nesses casos, as formas verbais indicam habitualidade ou tempo implicado, como nos casos abaixo:

- (27) Se um recém-nascido apresentar Aids, o vírus foi transmitido pela mãe. (Neves, 2000: 854)
- (28) Ou usa, ou lá vem multa (Hirata-Vale, 2005: 98)

Assim, a predição não parece ser um traço exclusivo das condicionais marcadas pela moldura prototípica *se p q*, mas pode aparecer como parte do significado de outros formatos de condicional.

As formas verbais também servem para marcar a **postura epistêmica**, que, assim como a predição, revela a natureza da não assertividade da condicional. Toda condicional representa uma suposição do falante e, como tal, revela seu conhecimento sobre o conteúdo enunciado. Assim, o falante pode construir seu enunciado de forma a sinalizar seu desconhecimento da efetiva realização do evento, marcando uma postura epistêmica neutra, no português codificada pelo uso do futuro do subjuntivo. A postura epistêmica neutra não pode ser manifestada em molduras como *ou p ou q*, ficando restrita aos esquemas *se p q*, *ccc p q*, *e p e q* e *quando p q*, como mostram os exemplos:

- (29) Nini me abandonará se souber que estou bem. (Neves, 2000: 854)
- (30) **quando** puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para o exercício da cidadania (Hirata-Vale, 2005: 124)
- (31) o governo *aceitará* o registro da associação somente se a sua carta de princípios *apresentar* uma referência ao papel do partido (Oliveira, 2008: 104)
- (32) Faça artigos sobre economia e ganhará contos (Hirata-Vale, 2005: 92)

As formas verbais usadas nas construções condicionais também podem indicar postura epistêmica negativa, quando o falante moldura seu enunciado indicando que o evento descrito é contrário às expectativas ou, ainda, impossível de ser alcançado. É o que marcam tempos como o imperfeito do subjuntivo ou o mais-que-perfeito, como se observam nas seguintes ocorrências:

- (33) tudo *servia*, tudo *era* bom, contanto que o *levasse* mais rapidamente ao ponto desejado. (Oliveira, 2008: 102)
- (34) Se você tivesse nascido no mesmo dia 22 de março, mas às 18 horas, o seu ascendente ficaria assim. (Neves, 2000: 851)

Nas análises que servem como base para a discussão que se faz aqui também não encontramos indicação de postura epistêmica negativa nos esquemas *ou p ou q* e *p e q*.

Cabe destacar, ainda, que as molduras *ou p ou q* e *p e q* realizam-se preferencialmente a partir de correlações construídas com o presente do indicativo, o que também pode ocorrer nos demais esquemas. Esse fato não invalida a leitura não assertiva da construção condicional, estabelecida por outros traços, mas pode apenas estar sinalizando que há evidências indiretas da realidade do evento descrito, recolhidos, por exemplo, no discurso antecedente, ou seja, na maioria dos casos retoma-se uma informação anterior para a partir dela estabelecer uma predição.

Esta investigação se completa com a invocação do que pode ser chamado de função da condicional, ou seja, sua capacidade em representar **espaços mentais**. Ferrari (2001: 146) afirma que “(...) em termos cognitivos, a conjunção “se” pode ser considerada um **operador de encaixe** (*matching operator*)”.

Num enunciado hipotético, a condicional representa um domínio cognitivo que determina as condições de validação do discurso subsequente. Especificamente, a condicional é o espaço fundação que contém os termos para a validação temporária de um espaço expansão, projetado a partir do espaço fundação, como ilustram os casos:

- (35) A paralisação, caso ocorra, vai pegar o parque industrial do açúcar no início da safra. (Neves, 2000: 830)
- (36) não *aceitar* o pagamento da parcela de um milhão de cruzeiros referente à compra de Dário, sem que *haja* um acréscimo de um percentual de juros. (Oliveira, 2008: 155)
- (37) *Faça artigos sobre economia e ganhará contos*. (Hirata-Vale, 2005: 92)
- (38) *Quando se vê isso, se conscientiza de que a vida é bem mais fácil do que a imaginamos*. (Hirata-Vale, 2005: 124)

O fato de a oração condicional atuar como espaço mental é já bastante difundido na literatura. Resta aqui entender em que medida o conector usado para construir a relação participa dessa operação ou depende de outros aspectos presentes na construção condicional.

Os conectores condicionais realizam operações hipotéticas que acionam um espaço mental projetando-o para um outro espaço. Neste direcionamento, esses conectores servem para marcar domínios cognitivos e, assim, atuam sobre o discurso determinando sua validação.

O conector *quando* também serve como introdutor de espaço mental. No entanto, o significado hipotético é agregado à construção *quando p q* por meio de outros indicadores, que não apenas o conector. Os tempos verbais são essenciais para o valor hipotético que essa construção apresenta. Também no caso dos esquemas *ou p ou q* e *p e q*, embora os conectores introduzam um espaço mental, representado por *p*, o conector em si não funciona como um operador hipotético e

tampouco projeta um espaço mental a partir do qual outro se valida. Essa relação depende das marcas temporais, em especial das que indicam a predição, traço fundamental para a construção do significado condicional nesses esquemas.

As análises facilmente revelam a complexidade da condicionalidade como uma rede que abriga construções de natureza formal e funcional bastante variadas. Além disso, as informações recolhidas mostram quais traços da estrutura formal acionam aspectos do significado condicional para composição da construção condicional. Além disso, também se evidenciam quais os traços da condicionalidade, como causalidade, predição e postura epistêmica, aproximam os exemplares do núcleo prototípico, sendo portanto mais básicos, e quais encontram-se diluídos, distanciando os membros uns dos outros.

Fica postulada, portanto, a existência de uma gradualidade interna, em que se verificam exemplares fortemente prototípicos e outros mais periféricos. Assume-se, em última instância, que por aí se explicam os padrões de transferência de significado e as regularidades envolvidas na organização estrutural e conceitual da condicionalidade.

6. Considerações finais

As reflexões que aqui se propõem partiram do princípio cognitivista mais básico de que uma categoria não pode estar organizada apenas em termos de esquemas prototípicos, mas também no entendimento de como elementos periféricos se relacionam ao núcleo definidor da categoria. A partir daí, tomaram-se os traços básicos da condicionalidade como parâmetros definidores para o entendimento das diferentes molduras sintáticas que podem expressar o significado de condição em português.

O referencial teórico para as análises toma como suporte principal as conexões entre princípios funcionalistas e cognitivistas, entendendo que a gramática está assentada sobre o uma rede de construções e que o significado é relativamente instável e sujeito às determinações cognitivo-perceptuais e discursivas.

A reflexão principal a que se chega é que a consideração da condicionalidade não pode simplificar-se na descrição de seu núcleo prototípico, mas deve explicar também os efeitos que a acomodação de elementos com complexidade morfossintática tão diferenciadas tem no significado condicional. Assim, deve-se considerar de que modo os exemplares menos prototípicos contribuem com a categoria e como se relacionam com outros membros dessa categoria.

Recebido em setembro de 2014

Aprovado em abril de 2016

E-mails: taisapoliveira@gmail.com

fbmhvale@gmail.com

Referências bibliográficas

- BYBEE, Joan. 2010. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CAMARGO, Daniel W. F. & HIRATA-VALE, Flávia Bezerra de Menezes. 2015. Os conectivos condicionais complexos “na condição (de) que” e “na eventualidade (de) que” no português escrito. In: SOUZA, Edson Rosa F. (org.). *Estudos de descrição funcionalista: objetos e abordagens*. 1ed. Munique: Lincom, v. 1: 1-20.
- CAVAGUTI, Ana Paula & HIRATA-VALE, Flávia Bezerra de Menezes. 2014a. A configuração semântica de orações causais-condicionais no português do Brasil segundo a Gramática Discursivo-Funcional. *Veredas* (UFJF. Online), v. 18: 101-120.
- _____. 2014b. Causa e condição: uma interpretação morfossintática e discursiva. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), v. 43: 75-90.
- CUNHA, M. A. F. et al. 2013. A Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CUNHA, M. A. F. & CEZARIO, M. M. *Linguística Centrada no Uso*. Rio de Janeiro: Mauad. p. 13-39.
- DANCYGIER, Barbra. 1998. *Conditionals and predication* (Cambridge Studies in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press.
- DANCYGIER, B. & Eve SWEETSER. 2005. *Mental Spaces in Grammar: Conditional Constructions*. Cambridge Studies in Linguistics 108. Cambridge: Cambridge University Press.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento. 1999. Uma abordagem funcionalista da hipotaxe adverbial em português. In: CAMPOS, O. G. L. A. S. (org.). *Descrição do português: abordagens funcionalistas*. Araraquara São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Letras – SCL – AR.

- FERRARI, Lilian. 1999. Postura epistêmica, ponto de vista e mesclagem em construções condicionais na interação conversacional. *Veredas*, v. 3, n.1: 115-121.
- _____. 2000. Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognitivista. *Veredas*, v. 4, n.1: 21-30.
- _____. 2001. Construções gramaticais e a Gramática das construções condicionais. *Scripta*, vol. 5, n. 9: 143-150.
- HIRATA-VALE, Flávia Bezerra de Menezes. 2005. A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático. Araraquara, 135 f. Tese de Doutorado (Linguística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- _____. 2012. O conectivo complexo “supondo que”: história e uso. In: Débora de Carvalho Figueiredo; Adair Bonini; Maria Marta Furlanetto; Maria Ester Moritz (org.). *Sociedade, cognição e linguagem*. 1ed. Florianópolis: Editora Insular: 381-402.
- NEVES, Maria Helena de Moura. 2000. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp.
- OLIVEIRA, Taísa Peres. 2008. *Conjunções e orações condicionais no português do Brasil*. Araraquara, 155 f. Tese de Doutorado (Linguística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- _____. 2012. As conjunções condicionais na Gramática Discursivo Funcional. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco. *Funcionalismo linguístico. Análise e descrição*. São Paulo: Contexto: 119-146.
- _____. 2014. Conjunções adverbiais no português. *Revista de Estudos Linguísticos*, v. 22, n. 1: 45-66.
- SWEETSER, Eve. 1990. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. (Cambridge Studies in Linguistics, 54). Cambridge: Cambridge University Press.